

Nota à 2ª Edição.....	xxiii
-----------------------	-------

## Parte I

### Teoria da Constituição

<i>Capítulo 1 - Conceito e Classificações das Constituições.....</i>	3
1. O que é uma Constituição? Conceito de Constituição e Constitucionalismo. Uma advertência inicial .....	3
2. Um ponto de partida: o conceito histórico-universal e a primeira definição de Constituição: a Constituição material como Constituição real.....	4
2.1. A Constituição material e o seu sentido jurídico – Normativo. O movimento do Constitucionalismo na Inglaterra do Século XVII. A definição de Constitucionalismo.....	7
2.2. O surgimento das Constituições formais no movimento do constitucionalismo. A Constituição (moderna) como a ordenação sistemática e racional da comunidade política, plasmada em um documento escrito.....	9
2.3. Mas o que acontece com a Constituição material? Ela deixa de existir juridicamente com o surgimento das Constituições formais? .....	10
2.4. A Constituição formal e a sua relação com a constituição material no decorrer do tempo. Uma rápida advertência! .....	11
2.5. Última digressão: o que é mesmo a Constituição Formal? A definição de supralegalidade desenvolvida e explicitada nos EUA no começo do século XIX .....	12
3. Classificações das Constituições: teorias tradicionais e usuais na doutrina pátria .....	14
4. Classificação ontológica (ou essencialista) das Constituições de Karl Löwenstein.....	27
5. Reflexões sobre as classificações tradicionais; o conceito de bloco de constitucionalidade; e o entendimento sobre a denominação intitulada de Neoconstitucionalismo. ....	30
6. Última digressão sobre a classificação das Constituições. O nosso ponto de vista (que nós defendemos e não apenas descrevemos): a classificação paradigmática das Constituições, com base na teoria discursiva da Constituição de Jürgen Habermas: uma abordagem crítica-reflexiva das instituições Clássicas (Estado Liberal), Sociais (Estado Social) e de Estado Democrático de Direito.....	41



7. Sentidos ou concepções do termo Constituição: sentidos clássicos e contemporâneos .....	STJ00085374.....	51
7.1. A Constituição dirigente de J. J. Gomes Canotilho: o debate sobre a constituição dirigente e o constitucionalismo moralmente reflexivo .....		55
7.2. A Constituição para a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann .....		60
7.3. A Constituição na Teoria Discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito de Jürgen Habermas .....		62
7.4. A sociedade aberta de intérpretes da Constituição de Peter Häberle: Constituição como cultura e processo público .....		66
7.5. A Força normativa da Constituição e a Constituição Aberta de Konrad Hesse .....		69
7.6. A Constituição Simbólica de Marcelo Neves .....		71
7.7. O conceito Pluridimensional de Constituição de José Adércio Leite Sampaio .....		73
8. Classificação quanto à aplicabilidade das Normas Constitucionais: Teoria de José Afonso do Silva .....		75
9. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos .....		82
10. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Maria Helena Diniz .....		83
11. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso.....		83
12. Classificação trabalhada por Uadi Lammêgo Bulos das normas constitucionais de eficácia exaurida .....		84
13. Estrutura e Elementos das Constituições.....		84
<i>Capítulo 2 - Poder Constituinte</i> .....		89
1. Introdução .....		89
1.1. Um conceito preliminar de Poder Constituinte .....		89
1.2. Revelar, dizer ou criar uma Constituição?.....		90
2. Três Leituras Concorrentes no Discurso Jurídico Atual.....		91
3. Poder Constituinte Originário .....		93
3.1. Conceito e natureza jurídica .....		93
3.2. Classificação .....		95
3.3. Características do Poder Constituinte Originário .....		96
3.4. Titularidade do Poder Constituinte Originário .....		99
3.5 Poder Constituinte Originário e direitos adquiridos .....		101
3.6. Dinâmica constitucional.....		102
4. Poder Constituinte Derivado de Reforma da Constituição: Espécies e Limitações.....		106
4.1. Análise Específica do Poder Constituinte Derivado de Revisão da Constituição .....		109
4.2. Análise Específica do Poder Constituinte Derivado de Reforma via Emendas .....		110

5. Poder Constituinte (Derivado) Decorrente: Espécies, Caracteres e Limitações .....	121
6. Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional: Uma Releitura Contemporânea e Sofisticada da Teoria do Poder Constituinte .....	123
<i>Capítulo 3 - Hermenêutica e Hermenêutica Constitucional</i> .....	131
1. Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica .....	131
1.1. Esclarecimentos iniciais: hermenêutica x interpretação .....	131
1.2. O desenvolvimento histórico da Hermenêutica: do movimento protestante ao giro hermenêutico e linguístico .....	132
1.2.1. A Hermenêutica Clássica .....	132
1.2.2. A Hermenêutica no movimento do giro hermenêutico e do giro linguístico .....	138
1.3. A Hermenêutica na Ciência Jurídica: do século XVIII ao século XX (ou do Estado Liberal ao Estado Social) .....	143
1.3.1. Uma disputa inicial: <i>voluntas legislatoris x voluntas legis</i> .....	143
1.3.2. Os métodos clássicos de interpretação .....	145
1.3.3. A interpretação do Direito na Teoria Pura de Kelsen .....	149
2. A Hermenêutica Constitucional .....	152
2.1. A Hermenêutica Jurídica na era da Hermenêutica Constitucional .....	152
2.2 Métodos de Interpretação Constitucional .....	161
2.3. O debate no Direito Constitucional norte-americano: para além do debate entre interpretativistas e não interpretativistas .....	167
2.4. A Hermenêutica Constitucional no paradigma do Estado Democrático de Direito: a ponderação de princípios por meio da técnica da proporcionalidade .....	174
2.4.1. Considerações iniciais .....	174
2.4.2. Princípios e regras .....	175
2.4.3. Proporcionalidade x Razoabilidade .....	179
2.4.4. A Estrutura “racional” da proporcionalidade .....	181
2.4.5. A distinção das teorias de Alexy (ponderação de princípios pela proporcionalidade) e Dworkin (integridade do direito) .....	187
2.4.6. A racionalidade das decisões judiciais: uma apreciação crítica à luz da teoria discursiva do direito e da democracia de Jürgen Habermas .....	191

## Parte II

### Direito Constitucional

<i>Capítulo 4 - Princípios Fundamentais (Estruturantes) da Constituição de 1988</i> .....	197
1. Introdução .....	197
2. A noção de Princípios Jurídicos e sua reconstrução a partir do movimento do pós-positivismo .....	197
3. Classificação dos Princípios Estruturantes .....	201
4. Princípio Republicano .....	201

5. Princípio do Estado Democrático de Direito.....	202
5.1. Introdução: a conexão interna entre Direito e Democracia.....	202
5.2. Estado de Direito.....	203
5.3. Democracia.....	206
6. Princípio Federativo.....	207
7. Princípio da Separação de Poderes.....	209
8. Fundamentos do Estado brasileiro.....	211
8.1. Introdução.....	211
8.2. Soberania.....	211
8.3. Cidadania.....	212
8.4. Dignidade Humana.....	213
8.5. Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa.....	217
8.6. Pluralismo Político.....	218
<i>Capítulo 5 - Teoria Geral dos Direitos Fundamentais.....</i>	<i>219</i>
1. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais.....	219
1.1. O que são direitos fundamentais?.....	219
1.1.1. Introdução.....	219
1.1.2. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais.....	221
1.1.3. Classificação dos direitos fundamentais.....	223
1.1.4. Gerações de direitos fundamentais.....	225
1.1.5. Direitos Fundamentais e suas funções: Uma análise introdutória ..	230
1.1.6. Direitos Fundamentais como direitos de defesa.....	233
1.1.7. Direitos Fundamentais como normas de proteção de institutos ju- rídicos.....	234
1.1.8. Direitos Fundamentais como garantias positivas do exercício das liberdades.....	235
1.1.9. Direitos Fundamentais como Garantias Institucionais.....	238
1.2. Estrutura das normas sobre direitos fundamentais: direitos ou valores?..	239
1.3. Características dos direitos fundamentais.....	239
1.4. Destinatários dos direitos fundamentais.....	243
1.5. Vinculação dos Poderes Públicos.....	244
1.6. Limitações (restrições) aos direitos fundamentais: a tese dos limites dos limites.....	246
1.7. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: eficácia ho- rizontal.....	253
<i>Capítulo 6 - Os Direitos Fundamentais em Espécie na Constituição de 1988.....</i>	<i>261</i>
1. Introdução: a noção de dignidade da pessoa humana como postulado/ axioma justificante dos direitos fundamentais.....	261
2. Vida.....	263
3. Liberdade.....	267
3.1. Liberdade de ação.....	268
3.2. Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão.....	268
3.3. Liberdade de Consciência e Liberdade de crença.....	272
3.3.1. Liberdade de Consciência.....	272

3.3.2. Liberdade de crença .....	274
3.4. Liberdade de locomoção .....STJ00085371	278
3.5. Liberdade de profissão .....	279
3.6. Liberdade de reunião.....	280
3.7. Liberdade de associação.....	282
4. Igualdade .....	284
5. Propriedade .....	288
5.1. Conceito de propriedade.....	288
5.2. Função Social da propriedade .....	289
5.3. Formas de intervenção estatal no direito de propriedade: Servidão, Desapropriação e Requisição.....	290
5.3.1. Servidão .....	290
5.3.2. Desapropriação .....	291
5.3.3. Requisição .....	293
5.4. Proteção constitucional ao bem de família .....	294
6. Direito à Privacidade, Direito à Intimidade e Direito à Imagem.....	294
7. Quebras de sigilos: de correspondência, comunicação telegráfica e de dados. Interceptação telefônica e gravação clandestina.....	296
8. A inviolabilidade do domicílio .....	303
9. Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada.....	304
10. O direito ao devido processo legal (constitucional) e seus princípios correlatos.....	310
11. Provas ilícitas e as provas lícitas derivadas das provas ilícitas .....	320
12. Direito Geral de informação, direito de certidão e direito de petição .....	323
13. Diferença entre o Princípio da legalidade e o Princípio da reserva legal...	326
14. A questão dos Tratados Internacionais frente a Constituição: A nova exe- gese dos Tratados Internacionais de direitos humanos .....	327
15. O Tribunal Penal Internacional e a posição do Brasil frente ao mesmo ..	330
<i>Capítulo 7 - Ações Constitucionais</i> .....	335
1. Mandado de Segurança .....	335
1.1. Conceito .....	335
1.2 Requisitos do Mandado de Segurança .....	336
1.3 Espécies de Mandados de segurança .....	339
1.4 Direito Líquido e Certo.....	339
1.5 Cabimento .....	341
1.6. Legitimidade do mandado de segurança .....	347
1.7. Competência no Mandado de Segurança .....	352
1.8 Procedimento .....	356
1.9. Decisão, efeitos e recursos possíveis.....	362
1.10. Prazo do Mandado de Segurança .....	367
2. Mandado de Segurança Coletivo .....	370
2.1. Conceito .....	370
2.2. Finalidades .....	371
2.3. Legitimidade do mandado de segurança coletivo .....	371

2.4. Procedimento .....	375
2.5. Decisão e seus efeitos.....STJ00085374	376
3. Mandado de Injunção .....	381
3.1 Conceito e Antecedentes Históricos .....	381
3.2. Finalidades .....	382
3.3. Requisitos .....	382
3.4. Legitimidade .....	383
3.5. Competência .....	385
3.6. Procedimento .....	386
3.7. Decisão, recursos viáveis e o relevante debate dos efeitos da decisão concessiva da injunção .....	387
4. Habeas Data .....	399
4.1 Conceito .....	399
4.2. Cabimento .....	399
4.3. Legitimidade .....	401
4.4. Competência .....	403
4.5. Procedimento .....	404
4.6. Decisão .....	405
4.7. Considerações Finais .....	407
5. Ação Popular .....	408
5.1. Antecedentes históricos .....	408
5.2. Conceito .....	408
5.3. Requisitos da ação popular .....	410
5.4. Legitimidade .....	411
5.5. Procedimento .....	415
5.6. Competência .....	416
5.7. Decisão na ação popular .....	418
5.8. Considerações Finais .....	418
6. Habeas Corpus.....	420
6.1. Origem do <i>habeas corpus</i> , a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> e a sua inserção nas Constituições pátrias (breve histórico) .....	420
6.2. Conceito e natureza jurídica do instituto.....	423
6.3. Algumas características da Ação de <i>habeas corpus</i> .....	423
6.4. Espécies de <i>habeas corpus</i> .....	425
6.5. Cabimento do <i>habeas corpus</i> .....	425
6.6. Legitimidade ativa e passiva .....	430
6.7. Competência .....	431
6.8. Procedimento, decisão e recursos cabíveis .....	433
6.9. Considerações finais .....	436
Capítulo 8 - Dos Direitos Sociais.....	439
1. Introdução.....	439
1.1. Conceito e desenvolvimento – perspectiva clássica .....	439
1.2. A ideia de um “mínimo existencial” .....	441
2. Classificação dos Direitos Sociais.....	443

3. A "cláusula" da reserva do possível como limite de implementação dos direitos sociais .....	443
3.1. Princípio da Proibição do Retrocesso .....	447
4. Direitos Sociais do Trabalhador .....	448
5. Direitos Sociais da Seguridade Social .....	450
5.1. Direito à Saúde .....	450
5.2. Direito à Previdência Social .....	452
5.3. Direito à Assistência Social .....	452
6. Direitos Sociais à Educação e à Cultura .....	453
6.1. Direito à Educação .....	453
6.2. Direito à Cultura .....	454
7. Direitos relativos à moradia .....	455
8. Direitos Sociais ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado .....	455
9. Direitos Sociais da Criança e do Idoso .....	456
<i>Capítulo 9 - Direitos da Nacionalidade</i> .....	459
1. Conceito de nacionalidade e algumas definições: povo, população, nação e cidadão .....	459
2. Natureza jurídica dos direitos de nacionalidade .....	459
3. Espécies de nacionalidade .....	459
4. Critério de aquisição da nacionalidade primária .....	460
5. Critério de aquisição da nacionalidade secundária .....	461
6. Análise específica do Brasil .....	461
6.1. Nacionalidade primária .....	461
6.2. Nacionalidade secundária .....	464
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados .....	468
8. Perda do direito de nacionalidade .....	470
9. Extradicação, Expulsão e Deportação, Asilo Político e Refúgio .....	473
9.1. Extradicação .....	473
9.2. Expulsão .....	481
9.3. Deportação .....	482
9.4. Asilo Político e Refúgio .....	483
<i>Capítulo 10 - Direitos Políticos</i> .....	485
1. Conceito .....	485
2. Espécies .....	485
3. Direito de Sufrágio: núcleo dos Direitos Políticos .....	487
3.1. Conceito de Sufrágio .....	487
3.2. Espécies de Sufrágio .....	488
3.3. Digressões sobre o voto .....	490
4. Sistemas eleitorais .....	491
5. Direitos políticos positivos .....	494
6. Direitos políticos negativos .....	500
6.1. Espécies .....	500
7. Perda ou suspensão dos direitos políticos .....	515

8. Princípio da anualidade (ou da anterioridade) da legislação eleitoral.....	520
9. Dos partidos políticos .....	522
<i>Capítulo 11 - Organização do Estado .....</i>	<i>533</i>
1. Introdução.....	533
2. Espécies ou tipos de formas de Estado.....	533
3. Análise específica do Federalismo presente em nossa atual Constituição...	538
4. Técnicas de repartição de competências.....	546
<i>Capítulo 12 - Da Intervenção Federal.....</i>	<i>585</i>
1. Princípios que regem a intervenção federal .....	585
1.1. Princípio da excepcionalidade: .....	585
1.2. Princípio da Taxatividade .....	586
1.3. Princípio da temporalidade .....	586
2. Conceito .....	586
3. Procedimentos .....	587
4. Intervenção Estadual.....	592
<i>Capítulo 13</i>	
<i>Poder Legislativo.....</i>	<i>595</i>
1. Funções .....	595
1.1. Funções típicas.....	595
1.2. Funções atípicas.....	595
2. Composição .....	596
3. Funcionamento e Estrutura do Poder Legislativo .....	599
3.1. Funcionamento .....	599
3.1.1. Legislatura .....	599
3.1.2. Sessão legislativa .....	600
3.1.2.1. Exceções: .....	600
3.1.3. Período legislativo .....	600
3.1.4. Sessão ordinária .....	600
3.1.5. Sessão extraordinária .....	602
3.1.6. Sessão legislativa extraordinária .....	602
3.2. Estrutura das Casas legislativas .....	603
3.2.1. Mesas das Casas. O que são as mesas? .....	603
3.2.2. Comissões .....	606
4. Estatuto dos Congressistas .....	615
4.1. Conceito .....	615
4.2. Análise.....	615
5. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas.....	634
<i>Capítulo 14 - Processo Legislativo.....</i>	<i>641</i>
1. Conceito .....	641
1.1. Conceito jurídico .....	641
1.2. Conceito sociológico .....	641
2. Espécies Normativas Primárias .....	641



3. Tipos de processo legislativo .....	642
3.1. No que diz respeito à organização política .....	642
3.2. No que diz respeito ao aspecto técnico jurídico .....	642
4. Fases do processo legislativo .....	644
4.1. Fase introdutória (de iniciativa) .....	644
4.2. Fase constitutiva .....	644
4.3. Fase complementar (integração de eficácia) .....	644
4.4. Observações sobre a fase de iniciativa ou introdutória .....	644
4.4.1. Conceito de iniciativa .....	645
4.4.2. Espécies de iniciativa .....	645
4.4.3. Observações finais sobre a fase de iniciativa .....	646
5. Processo Legislativo Ordinário – Lei ordinária .....	647
6. Processos Legislativos Especiais – Leis Complementares .....	657
6.1. Leis Complementares: Conceito .....	657
6.2. Procedimento para elaboração de leis complementares .....	657
7. Processos Legislativos Especiais - Leis Delegadas .....	660
7.1. Leis Delegadas: Conceito .....	660
7.2. Procedimentos .....	660
8. Medidas Provisórias .....	662
8.1. Conceito .....	662
8.2. Diferenças: Antes e depois da EC nº 32/01 da CR/88: .....	663
8.3. Procedimentos de tramitação de uma MP .....	665
8.3.1. Aprovação de uma Medida Provisória sem emendas .....	665
8.3.2. Aprovação de uma Medida Provisória com emendas .....	666
8.4. Observações Finais sobre as medidas provisórias .....	667
9. Processo Legislativo Especial das Emendas Constitucionais .....	674
9.1. Conceito .....	674
9.2. Procedimento .....	674
10. Processo Legislativo especial dos Decretos Legislativos e Resoluções ...	676
10.1. Conceito geral: .....	676
10.2. Conceito de Decreto Legislativo .....	676
10.3. Procedimento do Decreto Legislativo .....	676
10.4. Conceito de Resoluções .....	677
10.5. Procedimento das Resoluções .....	677
<i>Capítulo 15 - Poder Executivo</i> .....	679
1. Introdução .....	679
2. Funções .....	679
2.1. Função típica do Poder Executivo .....	679
2.2. Funções atípicas do Poder Executivo .....	679
3. Sistema de governo .....	680
3.1. Conceito .....	680
3.2. Principais espécies .....	680
4. Estrutura do Poder Executivo: .....	681
4.1. Presidente .....	681

4.2. Vice-Presidente .....	689
4.3. Ministros de Estado: .....	690
4.4. Conselho da República e Conselho da Defesa .....	691
5. Crimes de Responsabilidade e Crimes Comuns do Presidente da República .....	692
5.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República .....	693
5.1.1. Conceito .....	693
5.1.2. Procedimento: .....	693
5.2. Crimes Comuns do Presidente da República .....	696
5.2.1. Conceito .....	696
5.2.2. Procedimento .....	696
<i>Capítulo 16 - Poder Judiciário</i> .....	701
1. Funções do Poder Judiciário .....	701
2. Órgãos do Poder Judiciário .....	702
3. Garantias .....	708
3.1. Garantias Institucionais: .....	708
3.2. Garantias dos membros .....	710
3.2.1. A vitaliciedade .....	710
3.2.2. Inamovibilidade .....	711
3.3.3. A irredutibilidade dos subsídios .....	711
4. Observações importantes sobre o Poder Judiciário .....	714
5. Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário .....	719
5.1. Supremo Tribunal Federal .....	720
5.2. <i>Uma pequena Reflexão Crítica: QUIS CUSTODIET IPSOS CUSTODES? ...</i>	746
5.3. Súmulas Vinculantes .....	753
5.4. Superior Tribunal de Justiça .....	761
5.5. Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho .....	767
5.6. Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral .....	773
5.7. Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar .....	774
5.8. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais e Tribunais de Justiça e Juízes de Direito .....	777
5.9. Considerações Finais sobre o Poder Judiciário .....	784
<i>Capítulo 17 - Funções Essenciais à Justiça</i> .....	799
1. Ministério Público .....	799
2. Advocacia pública .....	819
3. Advocacia .....	822
3. Defensoria pública .....	828
<i>Capítulo 18 - Defesa do Estado e das Instituições Democráticas</i> .....	835
1. Introdução: Finalidade das Medidas .....	835
2. Princípios Norteadores .....	836
3. Estado de Defesa .....	837
3.1. Conceito e Hipóteses .....	837

3.2. Hipóteses .....	838
3.2.2. Requisitos para a Decretação ..... STJ 00085371	838
3.3. Procedimento .....	839
3.4. Prazo .....	839
3.5. Abrangência .....	839
3.6. Controle .....	839
3.7. Restrições de Direitos .....	841
4. Estado de Sítio.....	841
4.1. Conceito.....	841
4.2. Hipóteses.....	842
4.3. Procedimento.....	842
4.4. Prazo.....	843
4.5. Abrangência.....	843
4.6. Controle.....	843
4.7. Restrições.....	845
5. Forças Armadas.....	845
6. Segurança Pública.....	848
6.1. Polícias da União.....	849
6.2. Polícias dos Estados.....	849
6.3. Polícia do Distrito Federal.....	851
6.4. Polícia dos Municípios.....	851
<i>Capítulo 19 - Controle de Constitucionalidade .....</i>	<i>853</i>
1.1. Conceito.....	853
1.2. Espécies (tipos) de inconstitucionalidade.....	854
1.3. Matrizes e Modalidades de Controle de Constitucionalidade.....	862
1.4. Análise do Brasil: Regra geral e exceções.....	869
1.5. Notas históricas sobre o controle judicial repressivo.....	872
1.6. Análise específica da Regra Geral .....	878
1.6.1. Controle difuso-concreto no Brasil.....	878
1.6.2. Controle Concentrado de Constitucionalidade no Brasil.....	890
1.6.2.1. Conceito.....	890
1.6.2.2. Objeto da ADI.....	891
1.6.2.3. Legitimidade.....	903
1.6.2.4. Procedimento da ADI.....	905
1.6.2.5. Julgamento da ADI.....	910
1.6.2.6. Algumas observações finais .....	918
1.6.3. Procedimento da medida cautelar.....	921
1.6.4. Procedimento especial (diferenciado) na ADI .....	923
1.6.5. ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	924
1.6.5.1. Conceito.....	924
1.6.5.2. Objeto.....	924
1.6.5.3. Finalidade da ADC.....	924
1.6.5.4. Legitimidade.....	925
1.6.5.5. Procedimento.....	925



1.6.5.6. Julgamento da ADC.....	927
1.6.5.7. Efeitos da decisão da ADC .....	927
1.6.5.8. Observações finais sobre a ADC .....	928
1.7. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão .....	929
1.7.1. Conceito .....	929
1.7.2. Objeto .....	929
1.7.3. Legitimidade .....	930
1.7.4. Espécies de ADI por omissão .....	930
1.7.5. Procedimento .....	932
1.7.5.1. Procedimento da ADI por omissão total .....	932
1.7.5.2. Procedimento da ADI por omissão parcial .....	932
1.7.6. Julgamento da ADI por omissão total ou parcial .....	934
1.7.6.1. Efeitos da decisão de uma ADI por omissão.....	934
1.7.7. Observações finais .....	937
1.8. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva .....	939
1.8.1. Conceito.....	939
1.8.2. Finalidades .....	940
1.8.3. Objeto .....	940
1.8.4. Legitimidade ativa .....	941
1.8.5. Procedimento .....	941
1.8.6. Julgamento .....	942
1.8.7. Efeitos da Decisão: provimento de uma ADI interventiva.....	942
1.8.8. Observações Finais sobre a ADI interventiva.....	943
1.9. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) .....	943
1.9.1. Conceito .....	943
1.9.2. Espécies de ADPF.....	944
1.9.3. Objeto .....	946
1.9.4. Legitimidade .....	947
1.9.5. Procedimento .....	948
1.9.6. Julgamento .....	953
1.9.7. Efeitos da decisão da ADPF .....	953
1.9.8. Observações finais.....	954
1.10. Controle Concentrado <i>In Abstrato</i> de Constitucionalidade no Âmbito Estadual e DF .....	955
1.11. Últimas Considerações sobre o Controle de Constitucionalidade.....	964
1.11.1. Interpretação conforme a Constituição.....	964
1.11.1.1. Introdução.....	964
1.11.1.2. Conceito.....	964
1.11.1.3. Efeitos da interpretação conforme a Constituição .....	965
1.11.1.4. Observação Final.....	965
1.11.2. Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto....	966
1.11.2.1. Introdução.....	966
1.11.2.2. Conceito.....	966
1.11.2.3. Observações finais .....	967

1.11.3. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade .....	967
1.11.4. Declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional .....	969
1.11.5. Sentenças intermediárias: sobretudo as sentenças normativas .....	970
1.11.5.1. Conceito .....	970
1.12. As Sentenças Intermediárias no Controle de Constitucionalidade .....	972
1.12.1. Introdução .....	972
1.12.2. Sentenças Interpretativas .....	973
1.12.2.1. A Interpretação conforme a Constituição .....	974
1.12.2.2. Declaração de inconstitucionalidade (nulidade) parcial sem redução de texto .....	975
1.12.3. Sentenças aditivas .....	977
1.12.4. Sentenças aditivas de princípios .....	977
1.13. Sentenças substitutivas .....	978
1.14. Sentenças Transitivas .....	978
1.14.1. Introdução .....	978
1.14.2. Sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo .....	982
1.14.3. Sentença de inconstitucionalidade com ablação diferida .....	982
1.14.4. Sentenças de Apelo ou apelativas (declaração de constitucionalidade de norma “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade provisória ou inconstitucionalidade progressiva) .....	983
1.14.5. Sentenças de aviso .....	983
1.14.6. Conclusão .....	984
<i>Capítulo 20 - Da Ordem Econômica e da Ordem Social .....</i>	<i>985</i>
1. O Conceito de “Ordem” .....	985
2. A Ordem Econômica .....	985
2.1. A Ordem Econômica e a Constituição Econômica .....	986
2.2. A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988 .....	987
2.3. Princípios da Ordem Econômica .....	989
2.3.1. Função Social da Propriedade Urbana/Rural .....	989
2.3.2. Livre Concorrência .....	990
2.3.3. Defesa do Consumidor .....	991
2.4. A Política Urbana .....	992
2.4.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana .....	993
2.5. A Política Agrícola e Fundiária .....	994
2.5.1. Desapropriação para fins de Reforma Agrária .....	995
3. A Ordem Social .....	996
3.1. A Seguridade Social .....	996
3.1.1. Saúde .....	997
3.1.2. Previdência Social .....	999
3.1.3. Assistência Social .....	1001
3.2. A Educação, a Cultura e o Desporto .....	1001
3.3. A Ciência e Tecnologia .....	1006
3.4. A Comunicação Social .....	1006



3.5. O Meio Ambiente .....	1007
3.6. A Família, a Criança, o Adolescente, o Jovem e o Idoso .....	1009
3.7. Os Índios.....	1011
<i>Referências Bibliográficas</i> .....	1015

STJ 00085371

